

SUBCOMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA
RETOMADA DOS NEGÓCIOS
APÓS A ENCHENTE DE 2024

RELATÓRIO FINAL

Deputado Rodrigo Lorenzoni

Proponente e Relator

Outubro 2025



COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA RETOMADA DOS NEGÓCIOS APÓS A ENCHENTE DE 2024

Deputado Rodrigo Lorenzoni – PP

Proponente e Relator

Deputado Guilherme Pasin – PP

Titular

Deputado Claudio Branchieri – Podemos

Titular

**EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO ESPECIAL DO
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL**

Rafael Lourenço Gonçalves
Assessoria Técnica

Roberta Oliveira
Assessoria

SUMÁRIO

Síntese da Subcomissão	05
I. Palavra do Relator	09
II. Síntese do Plano de Trabalho e Cronograma	14
III. Reunião de Trabalho em Porto Alegre	16
IV. Reunião de Trabalho em Alvorada	28
V. Reunião de Trabalho em Guaíba	34
VI. Reunião de Trabalho em São Sebastião do Caí	43
VII. Reunião de Trabalho em Lajeado	51
Conclusão e Encaminhamentos	63

Síntese da Subcomissão

Resumo do objetivo, diagnóstico baseado em dados e encaminhamentos prioritários apurados.

1) Objetivo da Subcomissão

A Subcomissão teve por objetivo ouvir atores públicos e privados nas regiões mais atingidas, levantar e consolidar dados técnicos e relatos de campo, e traduzir esse material em uma agenda prática de reconstrução econômica e social para o Rio Grande do Sul após as cheias de maio de 2024. No curso dos trabalhos, o colegiado realizou audiências e visitas, reuniu pesquisas, séries estatísticas e evidências setoriais, e identificou gargalos regulatórios, financeiros, logísticos e institucionais que retardam a retomada. Com base nesse diagnóstico, a Subcomissão sistematizou prioridades, quantificou impactos e propôs medidas de alto impacto, visando orientar decisões do Executivo, do Legislativo e de órgãos de controle. O resultado foi um conjunto enxuto e exequível de recomendações, pensado para destravar obras e serviços essenciais, baratear o crédito, dar previsibilidade regulatória e acelerar a recuperação do emprego e da renda nas áreas afetadas.

2) Principais Dados e Diagnósticos

- **Impacto direto nos pequenos negócios localizados nas regiões afetadas:** 49% foram gravemente afetados; 75% ficaram sem operar por

dificuldade de acesso; 79% tiveram queda de faturamento; 57% perderam estoque parcial ou total. Retomada média: 64 dias; apenas 46% voltaram ao normal; 7% não retomaram e 2% fecharam. Sendo que 45% voltaram de forma precária.

- **Pressão financeira prolongada nos pequenos negócios localizados nas regiões afetadas:** 87% registraram queda de faturamento; 30% seguem com faturamento muito abaixo do necessário para manter o negócio; 12% consideram fechar. Para 54% faltam recursos próprios para a recuperação do negócio. Apenas 36% receberam apoio governamental (35% não receberam nenhum).
- **Inadimplência corporativa em alta:** no RS, +20,52% de empresas estão inadimplentes com aumento de 21,35% no volume de dívidas em 12 meses, acima do Brasil (9,44%) e do Sul (+14,02%). A Inadimplência empresarial atinge 428 mil CNPJs no RS.
- **Crédito mal calibrado:** o PRONAMPE Solidário, divulgado como 'juro zero', opera a SELIC + 6% a.a.; taxa efetiva estimada 11% a.a., com subsídio efetivo médio de 26,7%. Sobre R\$ 3,4 bi tomados, serão pagos R\$ 4,5 bi até 2029 (R\$ 1 bi a mais vs. juro zero), comprimindo investimento e reconstrução.
- **Fragilidade empresarial:** Os pedidos de Recuperação Judicial no RS somaram 136 entre jan-ago/2025, contra 106 no mesmo período de 2024 e 55 em 2023 – aumento +28% no ano e de 147% em comparação a 2023, segundo a Junta Comercial.

- **Troca forçada de regime:** com o fim do PERSE, empresas de turismo/hotelaria que saíram do Simples ainda não podem retornar antes de 2026; no exemplo de R\$ 3 milhões/ano, a carga salta de 16,8% (Simples) para 29% (lucro presumido etc.), acréscimo de 12,8 p.p. (R\$ 384 mil/ano).

3) Encaminhamentos priorizados

1. Prorrogar a carência do PRONAMPE por mais 12 meses (totalizando 36), ampliar o prazo de pagamento para até 84 meses e reduzir taxas de juros, garantindo fôlego e sustentabilidade às micro e pequenas empresas ainda em recuperação.
2. Suspender o pagamento de tributos por 180 dias para empresas atingidas, mantendo a apuração normal. Após a carência, permitir parcelamento em até 60 meses com juros reduzidos, equilibrando fluxo de caixa e continuidade operacional.
3. Criar mecanismo excepcional e ágil de Recuperação Empresarial Simplificada para de renegociação de dívidas de negócios afetados, com carência, parcelamento e suspensão temporária de cobranças, evitando a judicialização e preservando atividades produtivas.
4. Revisar a metodologia da 'mancha de inundação', incorporando perdas indiretas e critérios socioeconômicos.

5. Instituir auxílio a fundo perdido para pequenos produtores que perderam lavouras, rebanhos ou estruturas, com valor fixo e único destinado à recuperação do solo, compra de insumos e recomposição das culturas e rebanhos.
6. Priorizar dragagem e desassoreamento das bacias, com cronograma público, e acelerar licenças e zoneamentos com regras claras e prazos fatais para obras de reconstrução.
7. Destravar com urgência os repasses do FUNRGS e garantir apoio direto aos municípios para manter serviços essenciais, com foco em agilidade, transparência e sem criar novas despesas permanentes.
8. Proposta de fundo constitucional para o RS, estável e plurianual, para reduzir custo de capital e dar previsibilidade a obras.
9. Fortalecimento da rede de saúde com foco em saúde mental, apoio psicológico e prevenção do suicídio.
10. Agenda pró-Micro e Pequenas Empresas no Simples Nacional: atualizar faixas e permitir retorno ao Simples de empresas que aderiram ao PERSE.

Fonte dos dados: SEBRAE-RS (Pesquisa de Impacto 2025), IFEP-RS/Fecomércio-RS, SPC Brasil, Serasa Experian e Relatório Final da Subcomissão. Data Base: outubro/2025.

I. PALAVRA DO RELATOR

Deputado Estadual Rodrigo Lorenzoni

*Presidente da Frente Parlamentar
da Liberdade Econômica*



Vivemos, no Rio Grande do Sul, um tempo que será lembrado como um dos maiores desafios da nossa história recente. A enchente de 2024 não apenas marcou as páginas dos jornais e os registros oficiais, mas deixou cicatrizes na vida de milhares de famílias e na alma econômica do nosso Estado. O que se viu foi um desastre que paralisou negócios, interrompeu trajetórias e abalou a confiança de quem vive do comércio, da indústria e dos serviços. Mas, acima de tudo, foi um golpe duro na esperança dos gaúchos que, de um dia para o outro, se viram diante da incerteza.

Foi nesse contexto que nasceu a necessidade de um espaço específico dentro da Assembleia Legislativa para tratar, com profundidade e continuidade, daquilo que não pode ser relegado ao esquecimento: a retomada dos negócios após a enchente. A criação da Subcomissão de Acompanhamento da Retomada dos Negócios surge, portanto,

não como um gesto burocrático, mas como uma resposta direta às dores e às demandas da população. Se a tragédia foi coletiva, a reconstrução também precisa ser.

A Assembleia, ao assumir este compromisso, reconhece que o drama vivido pelos empreendedores gaúchos vai muito além da perda material. O fechamento de uma pequena loja de bairro, de uma padaria familiar ou de uma oficina mecânica não representa apenas a queda de faturamento ou a destruição de equipamentos. Representa o desaparecimento de um sustento, de uma identidade, de um ponto de encontro da comunidade. Representa sonhos interrompidos e projetos de vida colocados em suspenso.

O retrato empresarial dos pequenos negócios no pós-enchente, em áreas afetadas é de choque prolongado: 49% dos negócios declararam ter sido gravemente afetados, 75% ficaram sem operar por dificuldade de acesso, 79% sofreram queda de faturamento e 57% perderam estoque total ou parcial. A “retomada média” levou 64 dias, mas apenas 46% voltaram ao nível operacional normal; 45% ainda estão em reestruturação, 7% não retomaram e 2% fecharam definitivamente. No caixa, 87% viram a receita cair (com 66,2% reportando perdas de 21%–70% e 18% acima de 71%); hoje, 30% seguem com faturamento

muito abaixo do necessário e 12% consideraram fechar. A rede de apoio falhou onde mais importava: 35% não receberam nenhum auxílio e 47% não adotaram qualquer medida preventiva para novos eventos, apesar de 85% pedirem drenagem/contenção de cheias como prioridade pública.

A pressão financeira explodiu. Em um ano, o RS registrou +20,52% de empresas inadimplentes. Mesmo com oscilação mensal recente, o dado estrutural é inequívoco: mais CNPJs negativados e com mais débitos por empresa. Isso se combina a um desenho de crédito mal calibrado: o PRONAMPE Solidário vendido como “juro zero” tem, na prática, SELIC + 6% a.a. (taxa efetiva estimada em 11% a.a. para MPEs gaúchas, mesmo com subsídio efetivo de 26,7%), impondo sobre a carteira tomada de R\$ 3,4 bilhões um fluxo projetado de R\$ 4,5 bilhões em pagamentos até 2029 - cerca de R\$ 1 bilhão a mais do que ocorreria a juro zero.

A estrutura produtiva também foi ferida. Cerca de 700 contribuintes de ICMS situados na mancha de inundação (8%) não haviam retomado qualquer atividade até o fim de 2024, enquanto a recuperação do faturamento nas

áreas afetadas sugere concentração de mercado. As sobreviventes absorveram clientela de quem encerrou, reduzindo competição. No fluxo demográfico empresarial, maio/2024 teve 30% menos aberturas, com “efeito-represa” só no fim do ano, e houve aceleração do fechamento de empresas em +10 p.p. (30% a mais de baixas que no ano anterior). Para completar, a interrupção do PERSE empurrou hotéis e outros para fora do Simples, sem retorno possível antes de 2026.

O número de pedidos de recuperação judicial no Rio Grande do Sul no pós-enchente atingiu 136 registros entre janeiro e agosto de 2025, contra 106 no mesmo período de 2024 e apenas 55 em 2023. Em dois anos, o salto foi de 147%. Esse crescimento expressivo, registrado pela Junta Comercial, mostra que um contingente cada vez maior de empresas já não consegue sustentar suas operações sem recorrer à proteção judicial. Trata-se de um termômetro direto da fragilidade financeira do setor produtivo, refletindo tanto a demora na reconstrução quanto as dificuldades de crédito e queda na demanda.

Tendo em vista esses dados alarmantes, esta Subcomissão nasce com a missão de ouvir, acolher e transformar em propostas concretas a realidade de quem mais precisa.

O papel do Parlamento, neste momento, é dar voz a quem ainda não foi ouvido, é oferecer caminhos a quem se encontra perdido diante da complexidade da reconstrução. E isso só será possível pela união de esforços entre os poderes públicos, a sociedade civil organizada e as entidades representativas do setor produtivo.

Não se trata de fazer uma lista de problemas nem de repetir diagnósticos já conhecidos. Trata-se de propor soluções, de fiscalizar a aplicação de recursos, de garantir que as políticas públicas não se percam em meio à burocracia. Trata-se de acompanhar, passo a passo, o processo de retomada e de assegurar que nenhuma categoria, nenhum setor e nenhuma cidade sejam esquecidos. O desastre não fez distinções, e a resposta também não pode fazer.

O que começou como emergência precisa ser transformado em planejamento. O que foi tragédia precisa se tornar oportunidade de reconstrução mais sólida, moderna e inclusiva. O que parecia impossível precisa dar lugar à resiliência do povo gaúcho, que tantas vezes na história já demonstrou capacidade de superar adversidades.

É neste espírito que iniciamos os trabalhos da Subcomissão de Acompanhamento da Retomada dos Negócios. É o início de uma jornada que exigirá seriedade, dedicação e escuta. Este relatório, portanto, não começa com estatísticas ou números frios, mas com o reconhecimento de uma realidade que pulsa e clama por atenção. Ele começa com a consciência de que o Parlamento não pode se afastar da vida concreta das pessoas.

Rodrigo Lorenzoni

Deputado Estadual

Proponente e Relator da Subcomissão

II. SÍNTESE DO PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

A Subcomissão de Acompanhamento da Retomada dos Negócios, desde a sua concepção, optou por uma metodologia que privilegia a escuta direta das comunidades mais atingidas pelas enchentes de 2024. Entendemos que não basta discutir o tema a partir de gabinetes ou relatórios técnicos. Era necessário ir até onde a dor se fez presente, até onde os impactos foram sentidos de forma mais

intensa, para ouvir de perto comerciantes, trabalhadores, empreendedores e lideranças locais.

Por isso, decidiu-se realizar cinco reuniões de trabalho em municípios estratégicos, escolhidos por representarem o coração das áreas atingidas, tanto na Região Metropolitana de Porto Alegre quanto no Vale do Caí. Cada cidade foi definida não apenas pelo volume de prejuízos registrados, mas pela sua importância econômica, social e comunitária na dinâmica da reconstrução.

A metodologia destas reuniões foi pensada para garantir participação plural. Em cada encontro, além da presença dos parlamentares, houve espaço para entidades representativas, prefeitos, vereadores, associações comerciais e cidadãos que, em seu cotidiano, enfrentam os efeitos diretos da tragédia. Mais do que debater, buscamos construir juntos diagnósticos e caminhos, identificando obstáculos e possibilidades de superação.

Cronograma de Reuniões de Trabalho:

- 04/08/2025 – 1ª Reunião de Trabalho – Porto Alegre
- 18/08/2025 – 2ª Reunião de Trabalho – Alvorada
- 25/08/2025 – 3ª Reunião de Trabalho – Guaíba

- 08/09/2025 – 4ª Reunião de Trabalho - São Sebastião do Cai
- 29/09/2025 – 5ª Reunião de Trabalho – Lajeado

III. REUNIÃO DE TRABALHO EM PORTO ALEGRE



No dia 4 de agosto de 2025, realizou-se, na sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, a primeira reunião de trabalho da Subcomissão de Acompanhamento da Retomada dos Negócios após a Enchente de 2024, órgão vinculado à Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e Turismo.

O encontro buscou analisar, de forma objetiva e técnica, os desafios específicos da fase de retomada econômica plena, diferenciando-a do processo anterior de reconstrução física das estruturas atingidas. Essa distinção foi sublinhada pelos participantes como fundamental para compreender que, embora as obras de reparo e reconstrução avancem, a normalização das atividades produtivas ainda encontra entraves significativos.

Estiveram presentes deputados estaduais, representantes de entidades empresariais, federações setoriais, associações comerciais, sindicatos patronais, secretarias municipais e técnicos de apoio.

A composição dos participantes incluiu:

Deputados Estaduais: Rodrigo Lorenzoni (relator da subcomissão), Felipe Camozzato (integrante da subcomissão).

Representantes do Setor Empresarial e Produtivo: Adriano Beuren (Fecomércio), Ivonei Pioner (presidente da Federação varejista), Clarice e Mariane (Federação Varejista), Mano Changes (FIERGS), Augusto Martinenco (SEBRAE), Ricardo Ritter (Hotel Ritter e foreiros), Rafael

Nenê (SECOVI-RS) Sandro (Sindha), Felipe da Rosa (Sindilojas do Paranhana), Lucas Turk (CDL de Canoas), Luís Carlos Camargo (Associação Comercial de Porto Alegre).

Representantes de Governos Municipais: Roberto Silveira (secretário de Desenvolvimento Econômico de Alvorada), Alini Artioli (secretária adjunta de Desenvolvimento de Alvorada), Fabiano Rheinheimer (secretário adjunto de Parcerias de Porto Alegre).

Representantes de Parlamentares Federais: Artur Lawrence (assessor do deputado federal Marcel Vanratten).

Essa pluralidade de vozes conferiu à reunião um caráter abrangente, permitindo que diferentes perspectivas — desde o pequeno empreendedor local até representantes de grandes cadeias produtivas — fossem apresentadas e debatidas de forma conjunta.

O Deputado Rodrigo Lorenzoni, presidente da Subcomissão, abriu a sessão destacando a importância do trabalho conjunto e da escuta ativa de empreendedores e entidades. Ressaltou que a recuperação econômica possui natureza distinta do processo físico de reconstrução e

exige estratégias próprias. Apontou dados do SEBRAE, segundo os quais apenas 46% das pequenas empresas conseguiram retomar plenamente suas atividades, evidenciando a gravidade da situação e a insuficiência dos mecanismos de apoio vigentes.

O parlamentar reiterou que a meta da Subcomissão é consolidar um “caderno de proposições” a ser encaminhado aos governos estadual e federal, bem como às agências de fomento, para orientar decisões práticas de recuperação e competitividade. Foram também anunciadas futuras reuniões em municípios fortemente impactados, como Alvorada, Guaíba, São Sebastião do Caí e Lajeado.

Augusto Martinenco, do SEBRAE, apresentou levantamento realizado em abril de 2025, abrangendo cerca de mil pequenos negócios. O estudo revelou que 79% dos empreendedores sofreram queda expressiva de faturamento e 75% tiveram interrupção de atividades por aproximadamente 64 dias. Apenas 46% retornaram ao funcionamento regular, enquanto 42% permanecem em risco de fechamento. A principal dificuldade recai sobre a falta de capital e a retração da demanda, fatores que comprometem a sustentabilidade financeira.

Martinenco destacou que somente 36% dos empresários receberam apoio governamental efetivo, o que evidencia falhas na execução das medidas anunciadas. Apon- tou como desafios prioritários a captação de clientes e a necessidade de políticas preditivas, tais como investimentos em drenagem, crédito emergencial e programas de capacitação empresarial.

Adriano Beuren, representante da Fecomércio, alertou para o aumento dos fechamentos de empresas, da inadimplência e do endividamento em setores estratégicos como turismo e eventos em sua apresentação. Informou que cerca de 700 empresas contribuintes de ICMS encerra- ram atividades em áreas alagadas, representando redução de 8%.

O dirigente também questionou a narrativa de “juro zero” no Pronampe Solidário, esclarecendo que as taxas efetivas alcançaram em média 11%, acumulando mais de R\$ 1 bilhão em juros sobre os R\$ 3,4 bilhões emprestados. Ressaltou ainda a interrupção precoce do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que forçou empresas a migrar para regimes tributários mais onerosos. Defendeu a reabertura da opção

de retorno ao Simples Nacional e a promoção ativa do turismo como medidas urgentes de estímulo.

Ivonei Pioner, presidente da Federação Varejista, apresentou dados do SPC Brasil, que apontam crescimento expressivo da inadimplência entre pessoas jurídicas. No Rio Grande do Sul, o aumento foi de 20,5%, com média de 1,85 dívidas por empresa inadimplente. Criticou a discrepância entre os valores anunciados pelo governo federal e os recursos efetivamente liberados, relatando casos de empresários que tiveram processos de crédito cancelados mesmo após cumprir exigências burocráticas.

Segundo Pioner, a fragilidade do consumo das famílias, somada à inadimplência, compromete a recuperação do comércio e gera um círculo vicioso de retração.

Mano Changes, pela FIERGS, informou que as perdas da indústria gaúcha superaram R\$ 14 bilhões, incluindo danos a máquinas, equipamentos e cadeias de alimentos e bebidas. Registrou-se deflação industrial de 26% em maio de 2024, além de retração de R\$ 1,9 bilhão na produção e a perda de 145 mil empregos vinculados, em grande parte à indústria.

O dirigente destacou o impacto logístico, com prejuízos de R\$ 4,1 bilhões em rodovias, portos e aeroportos. Apontou a necessidade de acelerar licenciamentos e zoneamentos ambientais e sugeriu diálogo da Subcomissão com o Tribunal de Contas do Estado, a fim de apurar a real destinação dos recursos anunciados. Defendeu ainda a criação de um fundo constitucional específico para a região Sul.

O Deputado Felipe Camozzato recordou missão realizada a Brasília, na qual já se evidenciava que o Estado estava fora do radar das prioridades nacionais. Criticou a política de crédito baseada na SELIC acrescida de 6%, classificando-a como insustentável para as empresas. Reforçou que a inadimplência no setor primário ameaça a próxima safra e defendeu que o desenvolvimento econômico é o caminho para aumentar a arrecadação sem elevar impostos.

Camozzato alertou também para problemas estruturais do Estado, como baixa solidez fiscal, insegurança jurídica e altos custos logísticos. Defendeu atuação conjunta com o TCU para fiscalização da aplicação dos R\$ 14 bilhões disponíveis para a reconstrução.

O representante do Secov, Rafael Nenê, abordou os impactos da perda de valor no mercado imobiliário e sugeriu associar as propostas da Subcomissão à revisão da migração do PERSE para o Simples Nacional. Criticou também a elevação de até 600% na taxa de foro em imóveis do centro de Porto Alegre, que ameaça a permanência de empresas.

Felipe Rosa, do Sindilojas do Paranhana, relatou aumento de 140 mil processos trabalhistas em 2024, cobrando inclusão do tema no caderno de proposições, visto que empresários têm arcado sozinhos com custos adicionais.

Lucas Turk, da CDL de Canoas, reforçou os dados sobre endividamento e colocou a entidade à disposição da Subcomissão. Já o empresário Ricardo Ritter, do setor de hotelaria, relatou danos diretos a 42% dos estabelecimentos do ramo e a impossibilidade de retorno de muitos. Criticou as condições para acesso a crédito e destacou a insegurança gerada pelo aumento abrupto da taxa de foro, que em seu caso alcançou 3.670%.

Sandro, do Sindha, anunciou audiências públicas em Brasília para atualização da tabela do Simples Nacional, defasada desde 2016, e convidou as entidades a integrarem o movimento.

CONCLUSÕES

O Deputado Rodrigo Lorenzoni encerrou a reunião agradecendo as contribuições apresentadas e reforçando a importância da continuidade dos trabalhos. Ressaltou que a Subcomissão pretende finalizar suas atividades antes do prazo regimental de 120 dias, para viabilizar de imediato as proposições que resultarem do processo de escuta e deliberação coletiva.

O encontro demonstrou a convergência de preocupações entre parlamentares e entidades: a fragilidade do crédito, a alta inadimplência, os impactos tributários e trabalhistas, a insuficiência dos programas de apoio e os desafios de competitividade do Rio Grande do Sul. Ficou evidenciado que a retomada dos negócios exige mais do que reconstrução física, mas políticas consistentes de estímulo ao empreendedorismo, segurança jurídica e investimentos estruturais.

RESUMO DOS PONTOS DE DESTAQUE DA REUNIÃO:

Recuperação Incipiente: Pesquisas do SEBRAE indicam que apenas 46% das pequenas empresas retomaram sua atividade de forma plena, com 79% reportando queda de faturamento devido à redução da demanda de clientes. A interrupção média das operações foi de 64 dias, e 42% das empresas consideraram encerrar suas atividades.

Impacto no Comércio: Dados da Fecomércio e da Federação Varegista revelam uma redução de 8% (700 empresas) de contribuintes de ICMS nas áreas de inundação, com aceleração de 30% no fechamento de empresas em maio de 2024, resultando em menor competitividade e concorrência no mercado.

Endividamento Elevado: A Federação Varegista, com base em dados do SPC Brasil, apontou um aumento de 20,52% no número de empresas inadimplentes no Rio Grande do Sul, superior às médias nacional (9,44%) e regional (14,2%). Constatou-se que cada empresa inadimplente possui, em média, 1,85 dívidas. A linha de crédito Pronampe Solidário, embora apresentada como "juro zero", opera com juros efetivos de aproximadamente 11%

(SELIC + 6%), comprometendo mais de R\$ 1 bilhão em encargos financeiros e impedindo novos investimentos. O aumento do saldo de crédito no Estado em comparação com o Brasil sugere um alto nível de endividamento empresarial.

Prejuízos Setoriais e Emprego: A FIERGS estimou prejuízos de R\$ 14 bilhões para a indústria com destaque para equipamentos, alimentos, bebidas e produtos de metal. O setor coureiro-calçadista registrou perdas de R\$ 600 milhões e é um dos mais vulneráveis, impactando 85 mil colaboradores diretos. A logística estadual acumula R\$ 4,1 bilhões em perdas em rodovias, portos, aeroportos e ferrovias. Foram fechados 30,6 mil postos de trabalho devido às enchentes, sendo 11,5 mil na indústria.

Insegurança Jurídica e Carga Tributária: Houve preocupação com a segurança jurídica, especialmente em licenciamentos ambientais e novas regulações (ex: MP1300 no setor elétrico), que desestimulam investimentos. A interrupção antecipada do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) impôs um aumento de 12,8 pontos percentuais na carga tributária para empresas que migraram para o Lucro Presumido. A “taxa do foro”, com aumentos expressivos para propriedades em Porto

Alegre, e o aumento de 140 mil novos processos trabalhistas em 2024 no Rio Grande do Sul, foram citados como agravantes da insegurança jurídica.

Falta de Apoio Efetivo: Entidades relataram que grande parte do apoio prometido pelo governo federal não se concretizou ou impôs condições inviáveis, como a manutenção do número de funcionários pré-enchente para acesso a subsídios. A percepção geral é de que os recursos liberados não correspondem ao montante necessário ou prometido.

Prevenção e Planejamento: Foi unânime a necessidade de investimentos em infraestrutura (drenagem), planejamento urbano, e fiscalização de áreas de risco para prevenir futuros desastres. A criação de planos de contingência, linhas de crédito emergenciais transparentes e programas de capacitação para desastres naturais foram apontados como cruciais.

IV. REUNIÃO DE TRABALHO EM ALVORADA



No dia 18 de agosto de 2025, Rodrigo Lorenzoni, proponente e relator da Subcomissão, deu início aos trabalhos no município de Alvorada. Manifestou preocupação com a perda de tração da pauta de recuperação do Rio Grande do Sul no pós-enchente, fato que gerava desconforto entre outros parlamentares e motivou a criação desta subcomissão. Sugeriu que, ao término dos trabalhos, fosse constituída uma comissão para levar os encaminhamentos ao Governo Estadual e ao Congresso Nacional. Apresentou, ainda, pesquisa do SEBRAE com dados previamente expostos na reunião realizada em Porto Alegre.

Participações e Contribuições

Douglas Martello – Prefeito de Alvorada: Agradeceu à Assembleia e ao deputado Lorenzoni pela realização da subcomissão na cidade, destacando que isso coloca Alvorada no centro dos debates. Ressaltou que a melhoria do ambiente de negócios e a retomada pós-enchentes dependem de dois pontos fundamentais: infraestrutura, diante da morosidade do governo em restaurar o básico após a enchente; e a liberação dos recursos do FUNRIGS, cuja lentidão do governo estadual impacta negativamente a economia local. Observou que, historicamente, pacotes de ajuda são desenhados sem escuta da sociedade, reforçando a importância do trabalho da subcomissão. Citou ainda a ocorrência de uma nova enchente em 2025 e apresentou medidas municipais como suspensão e isenção de IPTU, destacando o compromisso com a liberdade econômica e a facilitação da atividade produtiva na cidade.

Edson Baxinski – Presidente da ACIAL: Alvorada desempenhou papel de caminho humanitário fundamental, recebendo carretas de ajuda de diversas regiões, sendo referência no atendimento às vítimas das enchentes em

todo o estado. Apesar da ampla cobertura da mídia e divulgação, não houve chegada efetiva de recursos federais ou estaduais ao município. Considerando a possibilidade de novas chuvas ainda neste ano, destacou-se a necessidade de pressão junto ao governo estadual por meio das entidades empresariais, a fim de garantir a liberação de recursos. Ressaltou-se que é imprescindível oferecer incentivos adequados, uma vez que o PRONAMPE, por não oferecer juros zero, não é suficiente para atender às necessidades dos empresários, podendo gerar endividamento adicional e impactar negativamente o mercado.

Maria Celina – Diretora da ACIAL e FEDERASUL: Ressaltou que não existem propostas efetivas para solucionar grande parte dos problemas enfrentados. Defendeu a necessidade de consolidar todas as demandas específicas das regiões, articulando projetos junto ao METROPLAN e à FEPAM, a fim de identificar o que é necessário para agilizar os processos. Enfatizou a importância de envolver o Judiciário, para que compreendam que não podem obstruir projetos urgentes e relevantes, promovendo o diálogo entre os órgãos e alinhando a atuação das entidades. Recomendou a criação de um comitê gestor, composto por organização civil, que organize, monitore e

cobre resultados dos órgãos responsáveis, garantindo produção efetiva e entregas resolutivas das demandas da reconstrução.

Daltro Ribeiro – Vice-Presidente da CICS Canoas:

Relatou que Canoas enfrenta problemas desde as enchentes de 2024 e citou embargos da Caixa Federal para construções em áreas estratégicas. Criticou a atuação da FE-PAM, apontando que frequentemente trava ou impede iniciativas empresariais, sendo um obstáculo recorrente aos empresários. Ressaltou a necessidade de uma agenda positiva para superar os gargalos pós-enchente. Comparou políticas municipais, destacando a sensibilidade de Alvorada na redução do ISS, em contraste com Canoas, e celebrou o progresso industrial observado no município.

Alini Artioli – Secretária Adjunta de Desenvolvimento Econômico de Alvorada: Relatou a devastação na região oeste de Canoas, sendo moradora do município. Apresentou projeto da Prefeitura de Alvorada para a duplicação da RS-118, que beneficiará empresários e população. Defendeu a contestação da área de mancha da FE-PAM, apontando que muitas regiões foram indevidamente classificadas e ressaltou o compromisso da gestão

em implementar soluções concretas. Enfatizou que Alvorada optou pelo projeto de solução e pelas alterações planejadas nas urnas, e é exatamente isso que a gestão busca implementar.

Marcio Manfro – **Rotary Alvorada:** Apresentou ações voltadas à identificação de famílias atingidas pelas enchentes e ao direcionamento de ajuda às mais necessitadas. Alertou para a insuficiência de recursos federais para crédito habitacional e destacou que apenas a união da sociedade com atores **comprometidos permitirá superar a situação.**

Genesvile Zanotelli – **Sindilojas/POA:** Ressaltou a necessidade de pressionar pela liberação de recursos, afirmando que há disponibilidade financeira, mas não está sendo efetivamente disponibilizada.

Leonardo Goularte – **SECOVI e empresário:** Representando milhares de condomínios, descreveu os impactos das enchentes como extremamente severos. Agradeceu ao deputado Lorenzoni pela iniciativa da subcomissão e colocou o SECOVI à disposição para contribuir com as ações de reconstrução.

Vereador Eder Fraga: Agradeceu ao Rotary pelo apoio durante as enchentes e elogiou a iniciativa da subcomissão em ouvir a população. Destacou a importância estratégica de Alvorada durante as enchentes, evidenciou a gestão voltada à geração de emprego e renda e colocou a Câmara de Vereadores à disposição das entidades produtivas.

Lucas Turk – CDL Canoas: Destacou que Canoas inicia um processo de progresso após período de estagnação e elogiou a equipe técnica de Alvorada. Reforçou a expectativa de que a subcomissão resulte em ações concretas.

Roberto Silveira – Secretário de Desenvolvimento Econômico de Alvorada: Reforçou a importância da união de esforços para alcançar resultados efetivos para a população.

Ao final da reunião, Rodrigo Lorenzoni agradeceu a presença e a colaboração de todos os participantes, destacando a relevância das contribuições para o avanço da pauta de recuperação pós-enchentes no Rio Grande do Sul. Ressaltou a importância do alinhamento entre Poder Público, entidades empresariais e sociedade civil, bem

como a necessidade de acompanhamento constante das demandas e projetos apresentados. Reforçou que as propostas e encaminhamentos discutidos serão consolidados no relatório final da subcomissão, que será encaminhado à Casa Civil e aos órgãos competentes em Brasília, com o objetivo de viabilizar soluções efetivas e promover a reconstrução e desenvolvimento das regiões afetadas.

V. REUNIÃO DE TRABALHO DE GUAÍBA



No dia 25 de agosto de 2025, Rodrigo Lorenzoni, proponente e relator da Subcomissão, deu início aos trabalhos no município de Guaíba. Iniciou agradecendo a presença de todos, em especial do Prefeito e da Vice-Prefeita de Guaíba. Enfatizou a relevância da retomada após

a catástrofe das enchentes, ressaltando que o encontro se destinava a escutar relatos sobre a atuação do poder público, os socorros prestados e as demandas ainda não atendidas. Como de praxe, apresentou dados da pesquisa realizada pelo instituto SEBRAE, evidenciando a gravidade do cenário enfrentado pelo Estado. Também apresentou um compilado das principais sugestões colhidas em reuniões anteriores junto a entidades e representantes públicos.

Marcelo Maranata – Prefeito de Guaíba: Agradeceu por Guaíba ter sido escolhida para sediar a reunião e ressaltou que a cidade foi fortemente impactada pelas enchentes. Lembrou que muitos cidadãos ainda não haviam superado as dificuldades geradas pela pandemia, as quais se agravaram com os recentes eventos climáticos. Criticou a condução econômica do Estado, apontando que a privatização de empresas estratégicas não resultou em investimentos estruturantes adequados. Defendeu a diversificação da matriz econômica estadual, reduzindo a dependência do agronegócio, e destacou os sérios danos à saúde mental da população atingida. Observou que a rede municipal de saúde opera de forma precária, atendendo apenas parcialmente a demanda, enquanto o Estado não cumpre o mínimo constitucional de 12% em saúde — realidade

que, segundo ele, somente seria corrigida em 2030, em razão de acordo judicial. Defendeu que se priorizem investimentos em equipamentos e serviços já existentes em vez da criação de novas estruturas hospitalares. Também mencionou a falta de dragagem, de estaleiros e de infraestrutura logística, além de criticar os altos custos de pedágios. Por fim, propôs que recursos do FUNRIGS, da ordem de bilhões de reais, sejam aplicados de maneira estratégica em ações preventivas e de reconstrução.

Claudinha Jardim – Vice-Prefeita de Guaíba:

Agradeceu a iniciativa do Deputado Rodrigo Lorenzoni de trazer a Subcomissão a Guaíba e destacou que, em um primeiro momento, a prioridade foi enfrentar a urgência humanitária, seguida pela etapa de reconstrução. Ressaltou que a região de Guaíba é frequentemente esquecida nos debates públicos e apresentou um panorama detalhado do impacto das enchentes: 12.440 residências foram afetadas, atingindo diretamente 42.939 pessoas, além de 306 empresas impactadas - sendo 178 de serviços, 118 do comércio e 10 indústrias - com um prejuízo estimado em R\$ 49,8 milhões apenas no setor empresarial. No setor rural, as perdas alcançaram R\$ 26,6 milhões. Observou que, segundo levantamento da prefeitura, 73% dos negócios fo-

ram gravemente atingidos, e 87% apontaram o auxílio econômico como a principal necessidade para retomar as atividades. Acrescentou que aproximadamente 19 mil pessoas vivem em extrema pobreza no município, sendo quase 13 mil beneficiárias do Bolsa Família. Lembrou ainda que, em sua atual gestão, exerceu por quatro meses a Secretaria de Assistência Social, experiência que reforçou sua percepção de que a reforma tributária acentuará a perda de receita de ICMS, agravando a já difícil situação financeira dos municípios.

Cleber Quadro – Diretor de Fomento à Indústria, Comércio e Serviços de Guaíba: Apresentou dados levantados durante a enchente para melhor compreender os impactos no município. O mapeamento das perdas evidencia que 306 empresas foram diretamente atingidas pelas enchentes em Guaíba, representando 3,14% do total de empreendimentos registrados no município. Os prejuízos no setor empresarial somaram R\$ 49,8 milhões, sendo o comércio o mais afetado, com R\$ 37,9 milhões (76%), seguido pelos serviços, com R\$ 10,5 milhões (21%), e a indústria, com R\$ 1,4 milhão (3%). No setor rural, os danos chegaram a R\$ 26,6 milhões, concentrados sobretudo em produtores rurais (R\$ 26,3 milhões), além de trabalhadores rurais, pe-

quenas empresas e pescadores. O impacto consolidado ultrapassa R\$ 76,4 milhões. Entre os bairros mais atingidos no perímetro urbano destacam-se Santa Rita (R\$ 20,6 milhões), Centro (R\$ 16,8 milhões) e Cohab (R\$ 6,8 milhões). No setor rural, as maiores perdas ocorreram em Malessa (R\$ 8,1 milhões), Petim (R\$ 5,8 milhões) e Columbia City (R\$ 3,7 milhões). A média de prejuízo por empresa foi de aproximadamente R\$ 162,8 mil, e 95% dos empreendimentos afetados declararam necessidade de empréstimos para retomar suas atividades; Segundo ele, houve significativa redução do poder de compra da população e aumento do endividamento de famílias e empresas, que enfrentam grande dificuldade em acessar crédito.

Walter Lídio Nunes - Vice-presidente do Transforma RS: destacou que a Assembleia Legislativa deve ocupar posição central no processo de recuperação, auxiliando o Executivo na tomada de decisões. Defendeu o planejamento integrado das bacias hidrográficas como base para o desenvolvimento regional. Enfatizou que, em crises, são necessárias medidas excepcionais de gestão e coordenação, lembrando que países desenvolvidos possuem estruturas específicas para lidar com emergências. Criticou a fragmentação e a falta de unidade entre agentes públicos e políticos na condução da reconstrução.

Gilsão Pedroso - Vereador de Guaíba: apontou a falta de respaldo, em todas as áreas, por parte dos governos estadual e federal aos gestores municipais. Defendeu a criação de linhas de crédito subsidiadas voltadas aos microempreendedores individuais, setor que, segundo ele, pode desempenhar papel decisivo na recuperação econômica.

Daiane Claro dos Santos – Presidente da ACIA-GUA de Guaíba: ressaltou que o maior problema enfrentado pela população é o fechamento constante de comércio e serviços, o que acarreta demissões em massa e agrava a crise econômica local.

Ciro Scalco - CDL de Guaíba: O empresário Ciro Scalco elogiou a atuação da gestão municipal, que, segundo ele, foi eficaz durante a enchente e na fase inicial de retomada. Reforçou a importância da aplicação estratégica dos recursos do FUNRIGS neste momento de fragilidade econômica.

Jorge Jacobsen - Secretário de Relações Institucionais de Eldorado do Sul: relatou que o município possui cerca de 40 mil habitantes, dos quais 11 mil vivem na zona

rural. Informou que, na enchente de maio de 2024, aproximadamente 90% do território e da população foram atingidos. Ressaltou a dificuldade dos negativados em acessar crédito para reconstrução e relatou perdas milionárias de pequenos empresários, além de registrar oito suicídios no início de 2025. Defendeu investimentos urgentes em dragagem e desassoreamento.

Daciara Collor - Secretária da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social – Desenvolve Guaíba: destacou que os eventos climáticos não cessarão, mas tendem a se agravar e se tornar permanentes. Defendeu que, paralelamente às ações emergenciais de retomada, sejam implementadas políticas de prevenção e de resiliência climática. Ressaltou que estados com menor capacidade econômica, como o Rio Grande do Sul, sofrem impactos ainda mais severos.

Alisson da Luz – Gerente de Fomento à Indústria, Comércio e Serviços de Guaíba: relatou que mais de 600 microempreendedores individuais de Guaíba receberam recursos do programa 'Bem Calamidade', mas não realizaram a qualificação necessária para acessar a segunda parcela do benefício. Defendeu a criação de estratégias para melhor orientar e apoiar essa categoria. Lembrou ainda

que o município já possui o programa 'Juro Zero', mas que é preciso ampliar o suporte aos MEIs.

Hércules Quadros – Defesa Civil de Tapes: avaliou que, passado um ano das enchentes, pouca coisa foi efetivamente resolvida. Segundo ele, há excesso de estudos e pouca aplicação prática dos recursos, que não chegam aos municípios. Destacou a necessidade de mais recursos para a Defesa Civil, que, a seu ver, terá papel cada vez mais relevante nas cidades.

Onyx Lorenzoni: O ex-ministro, que residiu em Guaíba por mais de duas décadas, manifestou-se como cidadão do município. Recordou que a primeira grande enchente registrada foi em 1941 e que a construção do Muro da Mauá, concluída em 1974, levou 33 anos para se concretizar. Criticou a ausência de planejamento e a falta de preocupação com o futuro. Defendeu que os cidadãos pressionem os poderes públicos por respostas e alertou que a reconstrução econômica deve vir acompanhada de medidas de prevenção para evitar que tragédias semelhantes se repitam.

Walter Lídio Nunes - Vice-presidente do Transforma RS: Na etapa final da reunião, Walter Lídio Nunes

reiterou que o trabalho da Subcomissão deve servir para consolidar diagnósticos sobre a situação do Estado. Defendeu que os levantamentos realizados sejam encaminhados ao Governo do Estado para assegurar que as demandas identificadas estejam sendo atendidas.

Marcelo Maranata – Prefeito de Guaíba: em sua fala de encerramento, reforçou a necessidade de agir com urgência, lembrando a observação feita por Onyx Lorenzoni sobre os 33 anos necessários para a construção do Muro da Mauá. Defendeu que a COP 30 deveria ter sido sediada em Porto Alegre, à beira do Guaíba, para simbolizar a urgência do tema climático. Afirmou que a 'bacia hidrográfica' é hoje a questão mais importante para o Estado e que, sem dragagem e desassoreamento, cidades permanecerão vulneráveis. Enfatizou que quem mais sofre são os pequenos empresários e criticou a excessiva burocracia e dispersão de recursos, defendendo que o foco esteja nas reais necessidades das comunidades locais.

O Deputado Rodrigo Lorenzoni encerrou a reunião destacando que os investimentos atualmente realizados não são estratégicos, mas pulverizados em diversas

frentes, sem resultados estruturantes. Agradeceu ao Prefeito Marcelo Maranata pela hospitalidade e pelo acolhimento ao trabalho da Subcomissão.

VI. REUNIÃO DE TRABALHO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



Em 08 de setembro de 2025, o deputado Rodrigo Lorenzoni, proponente e relator da Subcomissão, abriu os trabalhos em São Sebastião do Caí. Iniciou agradecendo a presença dos participantes, em especial do prefeito local, e destacou a importância do processo de reconstrução após as enchentes. Explicou que a reunião tinha como objetivo ouvir relatos sobre a atuação do poder público, os auxílios

concedidos e as demandas ainda pendentes. Como de costume, apresentou dados de pesquisa realizada pelo SEBRAE, que evidenciam a gravidade da situação enfrentada no Estado, além de expor um resumo das principais propostas já levantadas em encontros anteriores com entidades e gestores públicos.

Cláudia Felipe Ramos – Diretora do Campus da UCS Vale do Caí: destacou que os alunos também foram impactados e colocou a universidade à disposição para iniciativas preventivas e de recuperação. Agradeceu a presença de todos.

Alzir Bach – Presidente do Corede: Lembrou que já se passaram quase dois anos desde a grande enchente de novembro de 2023, seguida de um novo e duro impacto em maio de 2024. Ao analisar os dados apresentados pelo relator, considerou que a recuperação dos negócios gaúchos, embora difícil, não foi tão crítica quanto se imaginava. Ressaltou que o governo encontra dificuldades em apoiar efetivamente as empresas, recorrendo quase sempre à oferta de crédito - medida que nem sempre resolve, já que, com a queda no faturamento, muitas não conseguem arcar com as parcelas dos empréstimos. Finalizou

parabenizando o relator, deputado Rodrigo Lorenzoni, pela iniciativa da Subcomissão.

Rossano Adams – Presidente do CDL de São Sebastião do Caí: Defendeu que, diante de tudo o que ocorreu, é necessário realizar um estudo definitivo sobre as medidas a serem adotadas na bacia do Rio Caí. Recordou um levantamento da Metroplan, realizado em meados de 2014, que previa investimentos de R\$ 14 milhões para conter as cheias, mas destacou que é preciso avançar de forma concreta, com a definição clara dos projetos de intervenção necessários. Observou que em São Sebastião do Caí mais de 90% dos comércios foram afetados e criticou a lentidão do poder público. Ressaltou ainda a importância de avaliar a viabilidade das propostas, uma vez que intervenções que protejam o Caí podem gerar impactos negativos em outros municípios. Por isso, defendeu que os estudos sejam aprofundados, a fim de esclarecer a real gravidade da situação e indicar soluções praticáveis.

João Marcos Guará – Prefeito de São Sebastião do Caí: Segundo ele, não são apenas as enchentes que destroem as empresas, mas também os juros elevados, que sufocam os empreendedores. Criticou o fato de o governo

oferecer crédito com uma mão e retirar com a outra, cobrando taxas excessivas. Defendeu a criação de um fundo constitucional com juros fixos, desvinculados da SELIC, em condições realmente possíveis de serem pagos. Questionou ainda por que a gestão dos recursos é concentrada no Estado, e não nos municípios, que conhecem de perto as necessidades locais. Apontou que a burocracia estadual cria entraves desnecessários. Informou ter recebido notícia de que, em outubro, será lançada a licitação para elaboração do projeto de intervenção no Rio Caí, mas destacou que se trata apenas da fase de projeto, não da execução. Alertou que se trata de uma iniciativa abrangente para toda a bacia, sem contemplar soluções pontuais e urgentes. Defendeu que, assim que o projeto for elaborado, os recursos correspondentes já sejam reservados, mesmo que não repassados de imediato, para dar segurança de execução. Como isso não ocorre, sobra aos prefeitos “passar o pires”. Criticou ainda a postura do governo federal em relação à dívida do Estado com a União: hoje, considerada legítima; no passado, quando a atual gestão estava na oposição, a mesma dívida era tida como injusta, por já ter sido paga. Para ele, isso expõe a incoerência da política nacional. Por fim, relatou que alguns empresários têm deixado

São Sebastião do Caí para investir em regiões livres de enchentes e sugeriu que sejam destinados recursos para estimular empreendimentos em áreas não alagáveis.

Alexandre Odrich (Feller) – Empresário: Ele relatou ter perdido uma casa de eventos localizada em área alagável, que permanece inutilizada desde a enchente. Observou que os bancos disponibilizam crédito em grande volume, mas alertou que, diante de uma nova cheia, eles próprios correriam risco de grandes perdas. Criticou o fato de os recursos de apoio só terem chegado após as enchentes de maio de 2024, uma vez que, em novembro de 2023, praticamente nada foi disponibilizado. Contou ainda que precisou reduzir seu quadro de funcionários de 70 para 40 pessoas. Destacou, por fim, que a retomada da navegação no Rio Caí poderia trazer benefícios importantes para a região.

Kiko Hoff – Prefeito de Portão: acrescentou que os empresários enfrentam, simbolicamente, uma “enchente” mensal quando recorrem ao crédito, já que se deparam com juros de até 20% ao ano. Para ele, o maior concorrente dos empreendedores é o próprio governo, que, ao ser o maior tomador de crédito, mantém as taxas elevadas. De-

fendeu que as prefeituras também devem buscar superávit, assim como as empresas, e criticou a cultura de que a gestão municipal não precisa gerar resultados positivos. Concluiu que a função do governo é facilitar a vida das pessoas, e não criar mais obstáculos.

Bruna Takahashi - Vice-Presidente Administrativo da ACISF de Feliz: Relatou que a enchente destruiu a Ponte da Picada Pará e, mesmo após a liberação de verba estadual para a sua reconstrução, as obras ainda não foram iniciadas. Passado um ano e meio do desastre, apenas recentemente começaram a fazer as marcações do local. Enquanto isso, os empresários da região se uniram para erguer uma ponte provisória, de menor porte, a fim de garantir o mínimo de circulação. Ressaltou que obras sob responsabilidade do Estado precisam ser conduzidas com muito mais rapidez, pois a lentidão atual prejudica diretamente a comunidade. Concluiu afirmando que é preciso ter coragem para empreender no Brasil diante de tantas dificuldades.

Marcos Silva- Sindilojas Montenegro: Reforçou a necessidade de realizar o estudo das bacias, destacando que os pequenos negócios são frequentemente negligenciados e enfrentam grande dificuldade para acessar crédito.

Defendeu que as prefeituras criem mecanismos de apoio a esses comerciantes, não necessariamente por meio de repasse direto de recursos, mas avaliando alternativas como incentivos ou benefícios específicos para quem mantém seus empreendimentos no centro da cidade.

Leonardo J. Favios – Empresário – 3Gelo (Usina do Gelo): Explicou que, embora a fábrica não tenha sido diretamente atingida, todos os distribuidores e clientes sofreram com as enchentes. No modelo de negócio da empresa, os clientes recebem freezers em comodato, e, por isso, foi necessário buscar crédito para disponibilizar os equipamentos. Do total de 100 freezers, 80 foram perdidos, o que gerou dívidas sem que houvesse faturamento suficiente para compensar. Atualmente, a empresa sobrevive recorrendo a novas linhas de crédito e ao cheque especial. Destacou ainda o peso dos pedágios, que representam um gasto médio de R\$ 5 mil por mês, valor que poderia estar sendo investido no crescimento do negócio.

Cristina Reinheimer - Prefeita de Pareci Novo: Informou que os agricultores do município não receberam qualquer tipo de apoio, embora 75% da economia local dependa da agricultura. Ressaltou que culturas como a bergamota e a laranja levam de 7 a 10 anos para atingir o

pleno potencial produtivo, o que evidencia que os prejuízos terão efeitos de longo prazo. Estudos indicam que o município pode perder cerca de 27% de sua arrecadação. Destacou ainda que os recursos para a saúde nunca são suficientes: atualmente, a prefeitura aplica 21% do orçamento na área e, mesmo assim, precisou assumir procedimentos de pequeno porte nos próprios postos de saúde, atividades que seriam de responsabilidade do Estado. Já os atendimentos de média e alta complexidade não têm conseguido ser realizados.

Ao final da reunião, o deputado Rodrigo Lorenzoni fez questão de expressar seu reconhecimento a todos os presentes, ressaltando a importância das contribuições oferecidas ao longo do encontro. Destacou a relevância da participação das lideranças locais, das entidades representativas e dos empresários, cujos relatos permitiram compreender com maior clareza a realidade enfrentada pela região. Enfatizou que a cooperação entre parlamentares, gestores públicos e comunidade é fundamental para que se encontrem soluções concretas e duradouras diante dos desafios apresentados pelas enchentes.

VII. REUNIÃO DE TRABALHO DE LAJEADO



No dia 25 de setembro de 2025, em Lajeado, no Vale do Taquari, o deputado Rodrigo Lorenzoni, autor e relator da Subcomissão, deu início à reunião. Ele agradeceu a presença dos participantes e ressaltou a relevância do processo de reconstrução após as enchentes. Explicou que o encontro tinha como propósito ouvir relatos sobre a atuação do poder público, os auxílios já disponibilizados e as demandas que permanecem em aberto. Como de costume, apresentou dados de uma pesquisa do SEBRAE que evidenciam a gravidade da crise enfrentada pelo Estado, além de sintetizar as principais propostas levantadas em reuniões anteriores com gestores públicos e entidades locais.

Ramtis de Oliveira - Vereador de Lajeado: agradeceu ao deputado Lorenzoni pela escolha do município como sede da reunião. Destacou dados do SEBRAE, segundo os quais 30% das empresas ainda não recuperaram o faturamento que tinham antes das enchentes e, por isso, estão se endividando. Ressaltou a importância de encontros como aquele para buscar caminhos e soluções para os problemas enfrentados. Lembrou ainda da existência de uma rota hidroviária que liga o porto de Estrela a Rio Grande, defendendo que ela merece atenção e precisa ser reativada. Segundo ele, a retomada desse modal poderia retirar caminhões das rodovias, reduzir o número de acidentes e fortalecer a economia do Estado.

Filipe Diehl – Vereador de Estrela: iniciou sua fala agradecendo ao deputado Rodrigo Lorenzoni pela presença em Lajeado e pelo empenho em acompanhar de perto a realidade da região. Ressaltou que o agronegócio é a principal força econômica do Vale do Taquari, mas lembrou que muitos agricultores perderam parte significativa de seus solos produtivos com as enchentes, o que compromete diretamente a base da economia local. Ele também destacou o potencial turístico do Trem dos Vales, que vinha se consolidando como importante atrativo para a região, mas que necessita de retomada e fortalecimento após

os desastres. Recordou que o deputado já havia dado atenção especial ao Porto de Estrela, hoje sob administração do município, mas que se encontra subutilizado, perdendo a oportunidade de contribuir de forma mais efetiva para a logística e o desenvolvimento regional. Por fim, Filipe Dihl chamou a atenção para a dificuldade em obter a outorga necessária ao aeródromo local, além da urgência em sua pavimentação. Segundo ele, a estrutura adequada seria vital para o transporte rápido de órgãos e insumos de saúde, representando um avanço estratégico não apenas para Estrela, mas para todo o Vale do Taquari.

Carine Schwingel - Prefeita de Estrela: destacou que o município não gera recursos próprios, apenas administra e aplica os valores arrecadados. Ressaltou que quem efetivamente movimenta a economia são os empresários e produtores, razão pela qual as políticas públicas precisam estar voltadas para o fortalecimento e crescimento desse setor. Defendeu a necessidade de ampliar o acesso a crédito barato e subsidiado, preferencialmente com juros zero, já que as atuais taxas praticadas tornam o financiamento praticamente inviável. Ela criticou ainda a demora excessiva na autorização para a construção de moradias destinadas às famílias desabrigadas pelas enchentes, lem-

brando que, em alguns casos, a espera ultrapassa nove meses. Enquanto isso, o município arca sozinho com o pagamento do aluguel social a cerca de 300 pessoas, ao mesmo tempo em que enfrenta queda de 3% na arrecadação do ICMS em razão dos impactos da catástrofe. Outro ponto levantado foi a falta de mão de obra qualificada para ocupar as vagas de emprego disponíveis. A prefeita ressaltou a importância de reduzir a dependência do assistencialismo e investir em qualificação profissional, de modo a promover autonomia e inserção produtiva da população. Ela também fez questão de frisar as diferenças entre o Vale do Taquari e a Região Metropolitana. Enquanto em outras áreas há algum tempo de reação quando o nível da água começa a subir, na região do Vale a elevação chega a atingir até um metro por hora, tornando impossível salvar bens ou se preparar com antecedência. “Aqui somos muito mais impactados”, afirmou. Por fim, a prefeita criticou o critério adotado de renda máxima familiar de R\$ 4.700,00 para acesso às casas destinadas aos atingidos. Segundo ela, famílias que ultrapassam esse limite, mesmo tendo perdido tudo, ficam automaticamente excluídas do benefício, o que representa uma grave distorção e uma injustiça social.

Andrea Barth - Vice-prefeita de Arroio do Meio:

destacou que as escolas do município têm se dedicado ao cuidado com a saúde mental das crianças, que ainda enfrentam os traumas deixados pelas enchentes. Ressaltou que Arroio do Meio conta com empresas fortes e consolidadas, mas que a arrecadação poderia estar em melhores condições. Lembrou também que as perdas na agricultura foram muito significativas, impactando diretamente a base econômica local. Ela chamou a atenção para a necessidade urgente de renovação do maquinário, já que o município possui uma extensa malha de estradas e as máquinas disponíveis estão desgastadas pelo uso intenso. Por fim, agradeceu ao deputado Rodrigo Lorenzoni pela atenção e pela preocupação demonstrada com a economia da região.

Giraldo Sandri, Vice-Presidente do Sistema Fecomercio: manifestou preocupação diante dos números apresentados pelo SEBRAE e afirmou que a entidade compartilha da mesma visão sobre a gravidade da situação. Destacou que muitos empresários recorreram ao Pronampe, mas que os juros cobrados acabam anulando o benefício do crédito concedido. Segundo ele, as condições de pagamento desses empréstimos se tornaram praticamente

impagáveis, agravando ainda mais as dificuldades do setor.

Graciela Black - Grupo Front e ex-presidente da ACIL: ressaltou que as grandes empresas conseguiram acessar recursos e já se reergueram, enquanto as médias e pequenas ainda seguem em processo de reconstrução e sem recuperar plenamente seu faturamento. Alertou que, mesmo nesse cenário, essas empresas já precisam arcar com as parcelas do Pronampe, o que aumenta a pressão financeira. Defendeu a criação de uma força-tarefa e de incentivos específicos para apoiar micro, pequenas e médias empresas. Também chamou atenção para a necessidade de rever o limite de faturamento do MEI, considerado muito baixo frente à realidade atual do mercado.

Eduardo Gravina – Vice-Presidente da ACIL: ressaltou que a região sofre com o isolamento geográfico, o que encarece custos e dificulta o desenvolvimento local. Defendeu a necessidade de reduzir a carga tributária, lembrando que os microempreendedores individuais e as pequenas empresas receberam pouco ou quase nenhum apoio - quando muito, ajudas que classificou como “esmo-las”, enquanto as médias empresas sequer tiveram acesso a qualquer tipo de auxílio. Enfatizou que é preciso lutar

por obras estruturantes capazes de mitigar o nível das cheias, já que muitas famílias perderam tudo o que conquistaram ao longo de uma vida inteira de trabalho para adquirir uma casa. Segundo ele, há condições de viabilizar essas obras, e existem pessoas competentes e comprometidas para torná-las realidade. Também alertou para o avanço da criminalidade e da drogadição, que vêm afetando o centro de Lajeado e diversas outras cidades da região. Observou ainda que a mão de obra informal não enfrenta dificuldade de contratação, ao contrário das empresas formalizadas, que sofrem com a falta de trabalhadores. Na sua avaliação, os benefícios sociais muitas vezes desestimulam a população a aceitar empregos formais, já que implicariam a perda desses auxílios. Por fim, destacou que o conceito de “mancha de inundação” não deveria mais ser utilizado como critério de exclusão, pois, diante da magnitude das enchentes recentes, toda a população da região acaba sendo impactada de alguma forma.

Luís Augusto Morschbacher - Empresário: sua fala foi marcada por forte crítica ao cenário atual, alertando que a nova reforma tributária em discussão tende a agravar os problemas já existentes. Segundo ele, as tradicionais romarias a Brasília continuarão, uma vez que a concentração de recursos no governo federal tende a se intensificar

ainda mais. Ressaltou que o peso do Estado não cabe mais no bolso dos empresários nem das famílias das cidades, sufocando a economia real. Ele chamou a atenção para os custos logísticos, citando como exemplo a necessidade de comprar milho no Centro-Oeste e depois transportar proteína animal de volta para aquela região. Esse vai e vem, segundo ele, encarece a produção e compromete a competitividade do setor. Destacou ainda que, no Brasil, é mais caro encerrar uma empresa do que abrir uma nova, o que desestimula a atividade empreendedora. Para Luís, o empresário hoje se transformou, na prática, no grande financiador do governo, já que é ele quem paga a conta por meio de uma carga tributária desproporcional. Outro ponto enfatizado foi a injustiça em relação aos critérios de definição da chamada “mancha de inundação”. Ele questionou como pode uma empresa que perdeu faturamento porque sua clientela estava na área atingida ficar sem acesso a auxílio apenas por estar fora da zona delimitada oficialmente. Para ele, a regra é rígida e desconsidera a realidade de muitos negócios que também foram duramente impactados. Como sugestão concreta, Luís propôs uma medida voltada à área tributária: no caso de atraso de cinco meses no pagamento do Simples Nacional, a empresa deveria ter direito a seis meses de carência e a possibilidade de quitar o valor acumulado em até 36 parcelas.

Na visão dele, uma solução simples como essa já representaria um grande avanço e traria alívio imediato para milhares de empreendedores.

Jairo Valandro - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Agricultura de Lajeado: destacou que a principal característica da economia regional é a forte presença de pequenas e médias empresas, que compõem a base produtiva do Vale. Defendeu a criação de um fundo permanente, de fácil e rápido acesso para os municípios, que permita respostas mais ágeis em situações de crise. Ressaltou também a necessidade de o governo federal investir em modais alternativos de transporte para a região, ampliando as possibilidades logísticas. Lembrou que, pela legislação, quem está no Bolsa Família e consegue emprego tem direito a continuar recebendo o benefício por um ano, mas observou que essa regra não tem sido efetivamente considerada, o que desestimula a formalização de trabalhadores. Apontou ainda que os números do CAGED já começam a indicar uma redução nas contratações, o que acende um sinal de alerta para a economia local. Para ele, é fundamental investir em infraestrutura logística e em uma melhor conexão entre os municípios, de modo a garantir maior capacidade de resposta em futuras

emergências e assegurar um atendimento mais eficiente às populações atingidas.

Lorival Silveira - Vereador de Lajeado: observou que muitas pessoas poderiam estar inseridas no mercado de trabalho, mas permanecem dependentes de benefícios sociais. Defendeu que o Bolsa Família seja destinado exclusivamente a quem realmente necessita, como idosos e crianças em situação de vulnerabilidade, e ressaltou a importância de endurecer os critérios de acesso ao programa, para garantir justiça e eficiência na sua aplicação.

Luciano - representante da Emater: destacou que a região é o maior polo de industrialização de leite, mas alertou para um cenário preocupante após as enchentes: muitos produtores estão abandonando a atividade. Contou que praticamente tudo foi perdido dentro das propriedades e que cerca de nove mil famílias tiveram suas terras devastadas. Diante disso, muitos agricultores têm optado por vender suas propriedades e buscar emprego como peões em outras localidades, o que representa um risco para a continuidade da produção regional.

Rodrigo Quinot – Vereador de Arroio do Meio: chamou a atenção para a fragilidade do apoio oferecido

aos microempreendedores individuais. Na sua avaliação, os R\$ 3 mil destinados a cada MEI foram insuficientes, quase uma esmola, considerando a relevância desse segmento para a economia. Ressaltou que a reconstrução da região não se limitou a obras de infraestrutura, como pontes erguidas por empresários, mas também incluiu a construção de muitas casas financiadas pela iniciativa privada. Criticou ainda o programa habitacional vigente, que não permite que alguém com R\$ 50 mil de recursos próprios compre uma casa de R\$ 250 mil, impondo limite de R\$ 200 mil. Na prática, segundo ele, esse teto empurra as famílias para imóveis localizados justamente nas áreas de risco, as chamadas manchas de inundação.

Marco Rorr, Ex-Secretário de Agricultura de Colinas e Produtor: relatou que tudo o que foi discutido na reunião também é vivenciado por ele pessoalmente. Contou que sua própria propriedade, centenária e até então nunca atingida, foi desta vez alcançada pelas águas. Destacou que a queda na arrecadação do ICMS está diretamente ligada à retração dos negócios das empresas e produtores atingidos, criando um ciclo difícil de romper. Criticou ainda o excesso de burocracia imposto pelo governo, que trava soluções urgentes. Ressaltou que o crescimento da região ocorre em torno do rio Taquari e defendeu que

o aumento da dragagem dos canais poderia reduzir significativamente o volume de água que transborda durante as cheias. Também chamou atenção para a escassez de mão de obra no campo, já que muitos produtores não conseguem encontrar trabalhadores dispostos a atuar nas propriedades.

Vereador Hélio: reforçou a crítica ao excesso de burocracia do governo federal, afirmando que a demora na liberação de projetos atrasa a reconstrução da região. Destacou que muitos processos ficam parados por meses à espera de autorizações, o que compromete diretamente o restabelecimento das cidades atingidas. Para ele, a pauta da reconstrução é de vital importância para o Vale do Taquari e precisa ser tratada com prioridade e mais agilidade.

Ao encerrar a reunião, o deputado Rodrigo Lorenzoni agradeceu a presença de todos e reconheceu o valor das contribuições apresentadas durante o encontro. Salientou a importância da participação das lideranças locais, das entidades e dos empresários, cujos depoimentos ajudaram a expor com mais precisão a realidade vivida pela região.

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

O que ouvimos ao longo das cinco reuniões de trabalho, de Porto Alegre a Lajeado, passando por Alvorada, Guaíba e São Sebastião do Caí, compõe um retrato coerente e incômodo do pós-enchente no Rio Grande do Sul: a reconstrução não chega na velocidade de quem perdeu tudo; os recursos existem no anúncio, mas quase não chegam na ponta; o crédito, quando vem, pesa como pedra; a burocracia atrasa o que a urgência exige; e o Estado, que deveria coordenar, muitas vezes dispersa.

A tragédia de 2024 arrebentou não só pontes e máquinas: arrebentou a previsibilidade do dia a dia de quem vive do comércio, da indústria, dos serviços e do campo. Um ano e meio depois, a travessia ainda cobra pedágio caro. Há empreendimentos que retomaram parte do fôlego, sim, mas a maioria caminha com o freio de mão puxado por três fatores combinados: demanda anêmica, endividamento elevadíssimo e insegurança para investir. O resultado é um círculo vicioso: cai o faturamento, cresce a inadimplência, travam os investimentos, minguem empregos e recua a arrecadação.

Não foi por falta de alerta. As entidades empresariais, as prefeituras e os próprios empreendedores repetiram, com dados e exemplos, os mesmos gargalos: linhas “emergenciais” caras (apresentadas como solução e sentidas como armadilha), exigências irreais, prazos incompatíveis com a vida real dos negócios, e um emaranhado de licenças, pareceres e decisões que, em vez de ordenar, paralisam. Ao mesmo tempo, sintomas sociais graves se impõem: perda de renda prolongada, saúde mental abalada, famílias em aluguel social por meses, suicídios em municípios severamente atingidos, jovens sem qualificação para as vagas que existem.

Do lado da infraestrutura e do território, a mensagem foi clara: sem gestão de bacias, sem dragagem e desassoreamento, sem obras estruturantes nas áreas críticas e sem planejamento logístico que diversifique os modais de transporte, continuaremos a “reconstruir para perder de novo”.

A duplicação que não sai, a ponte que atrasa, o porto subutilizado, o projeto que se anuncia e não executa: tudo isso tem rosto, CNPJ e CEP. O pequeno empresário que pagou por uma ponte provisória para manter o bairro

vivo sintetiza o espírito do período: onde o poder público andou devagar, a comunidade tentou empurrar o Estado.

Há, ainda, injustiças de desenho que precisam ser ditas. A lógica rígida da “mancha de inundação” excluiu negócios que, embora localizados milímetros fora do traçado oficial, perderam clientela, fornecedores e circulação. A renda-teto para moradia emergencial deixou de fora famílias que ganham pouco acima do corte e perderam 100% do patrimônio. Grandes tiveram acesso; médios e pequenos ficaram com “esmolas”, como disseram em mais de uma mesa.

Também pesa uma camada de insegurança jurídica que desestimula quem ainda poderia investir. Licenciamento ambiental lento e pouco previsível, taxações surpreendentes (como os aumentos abruptos de foro em Porto Alegre), extinção precoce de regimes tributários especiais sem transição crível, judicialização trabalhista em alta, mudanças regulatórias mal calibradas: é um mosaico de incerteza que encarece capital e seca o apetite por risco. O Rio Grande do Sul precisa virar essa chave, sob pena de assistir à migração silenciosa de empresas para áreas “fora de enchente” - não só geográficas, mas regulatórias.

No campo, os relatos foram didáticos e duros. Culturas perenes (como bergamota, laranja) têm relógio próprio - sete a dez anos até o ápice. Uma cheia leva uma tarde para devastar, e a recuperação leva uma década. Enquanto isso, produtores se endividam, desistem, vendem e até viram peões em propriedades vizinhas.

A política pública que se apresenta como solução não pode virar peça de marketing. Gastar melhor é pré-condição para gastar mais onde importa. O recado apurado em nossas reuniões foi claro: chega de pulverização, chega de “efeito anúncio”. O contribuinte que paga taxas, foro, pedágio e juros não aguenta mais financiar ineficiência. O que ele quer é previsibilidade para trabalhar, segurança para investir, e um Estado que facilite em vez de competir com ele.

Este relatório ouviu quem tinha o que dizer e o colocou no centro. A Subcomissão cumpriu o papel de transformar dor e diagnóstico em agenda concreta. O passo seguinte - e decisivo - é político e administrativo: priorizar, pactuar e executar. Proponho que as recomendações sejam protocoladas na Casa Civil do Estado e levadas à Brasília; que as bancadas federal e estadual articulem as alterações legais necessárias; e que o Parlamento, em conjunto com

os órgãos de controle, proteja o gestor que entrega e responsabilize quem atrasa.

Não há solução mágica, nem atalho. O Rio Grande do Sul já demonstrou, muitas vezes, capacidade de se erguer. A diferença, agora, é fazer isso de modo mais inteligente, mais justo e mais rápido do que antes - com o poder público como aliado, não como obstáculo; com a sociedade civil como parceira e com os empreendedores como protagonistas.

Se aprendermos com o que ouvimos, 2024 não será apenas a memória de uma enchente. Será o ponto de inflexão de um Estado que decidiu cuidar das suas bacias, dos seus negócios e da sua gente com a seriedade de quem sabe que a próxima chuva não espera. E, quando ela vier, que nos encontre mais preparados, mais fortes e, sobretudo, juntos.

Isso posto, consolidou-se, ao longo das reuniões, um entendimento comum que orienta os **encaminhamentos desta Subcomissão**, apresentados a seguir.

1. Reestruturação das condições do PRONAMPE

Prorrogar a carência por mais 12 meses além dos 24 já concedidos (que expiram a partir de junho de 2026), ampliar o prazo total de pagamento para até 84 meses e reduzir as taxas de juros, garantindo fôlego financeiro e sustentabilidade às micro e pequenas empresas ainda em recuperação.

2. Suspensão e parcelamento especial de tributos

Implementar a suspensão do pagamento de tributos por 180 dias para empresas atingidas pelas enchentes, mantendo a apuração normal nesse período. Após a carência, o saldo acumulado seria parcelado em até 60 meses, com condições reduzidas de juros, enquanto os tributos correntes voltariam a ser pagos normalmente, garantindo fôlego financeiro e continuidade das atividades.

3. Recuperação Simplificada para empresas atingidas

Criar um mecanismo excepcional de recuperação simplificada para empresas do RS afetadas pelas enchentes, permitindo negociar dívidas com carência e parcelamento, suspender cobranças temporariamente e preservar a atividade empresarial, de forma mais ágil e menos burocrática que os modelos judicial e extrajudicial.

4. Revisão da metodologia da “mancha de inundação”.

Rever e atualizar os critérios técnicos utilizados para definir a mancha de inundação, incorporando perdas indiretas, impactos econômicos e indicadores sociais na análise. O objetivo é corrigir distorções e exclusões injustas, garantindo que municípios e empreendedores efetivamente afetados (ainda que fora do perímetro geográfico inicial) tenham acesso às políticas de apoio e compensação.

5. Programa de Apoio ao Recomeço Rural

Instituir um programa emergencial de auxílio a fundo perdido para pequenos produtores rurais que perderam lavouras, rebanhos ou estruturas em razão das enchentes. O benefício teria valor fixo e único, destinado à recuperação da atividade produtiva, permitindo o reparo do solo, aquisição de insumos e recomposição das culturas e rebanhos, garantindo condições mínimas para o recomeço no campo.

6. Dragagem, desassoreamento e agilidade ambiental

Tratar a dragagem e o desassoreamento das principais bacias hidrográficas como prioridade máxima, com calendário público e marcos trimestrais de execução, reduzindo o risco de novas enchentes e protegendo vidas, patrimônio e atividade econômica. Paralelamente, acelerar o licenciamento e o zoneamento ambiental, com procedimentos simplificados, checklists objetivos e prazos fatais para autorizações relacionadas a obras e investimentos de reconstrução.

7. Liberação imediata dos recursos e apoio financeiro às prefeituras

Destruar com urgência os pagamentos e repasses do FUNRGS, garantindo fluxo ágil e transparente, com prazos fatais para análise e liberação. Paralelamente, assegurar apoio financeiro direto às prefeituras para custeio das ações essenciais - saúde, educação, assistência e limpeza urbana - priorizando a manutenção e o reforço dos serviços já existentes, sem criação de novas despesas permanentes sem cobertura.

8. Fundo constitucional para o Rio Grande do Sul.

Propor um mecanismo estável e plurianual de financiamento, reduzindo custo de capital e garantindo previsibilidade para obras estruturantes.

9. Fortalecimento da rede de saúde, com foco em saúde mental.

Ampliar equipes e equipamentos, com ênfase em apoio psicológico e prevenção do suicídio, especialmente nos municípios mais afetados.

10. Agenda tributária pró Micro e Pequenas Empresas: Simples Nacional.

Atualizar a tabela do Simples Nacional em nível federal e permitir o retorno ao Simples das empresas que aderiram ao PERSE, com regras claras de transição e regularização.